

## **1. Inclusão Social e Computadores**

No Brasil do século XXI, pautado por uma nova égide política oriunda de movimentos populares trabalhistas, muito tem se falado sobre a necessidade de inclusões sociais. As disparidades na distribuição de renda têm provocado ações governamentais, para que sejam aproximados os diferentes estratos populacionais. A intenção óbvia é diminuir os abismos entre as classes sociais, que variam desde uma elite detentora do capital, passando por uma burguesia sócio-ocupacional constituída de empresários ou profissionais liberais bem sucedidos, por uma burguesia gerencial ou pequena burguesia, e terminando no proletariado e subproletariado (estes dois últimos estratos ocupando vasta porção da distribuição populacional). Uma das formas eficazes tem sido a da inclusão digital, muito embora haja na história recente um sucedâneo de obstáculos.

Na década de 80, atitudes “patrióticas” efetivadas pelo Estado asseguravam o controle e a nacionalização da produção de equipamentos e do desenvolvimento de softwares, cujo alto custo permitia o acesso ao computador pessoal apenas para poucos e raros escolhidos. Na época, pesquisadores formados no exterior com verbas públicas precisavam requerer permissões à Secretaria Nacional de Informática para retornarem ao país com seus microcomputadores, muitas vezes para serem usados para a formação de laboratórios nas Universidades. Esta política foi reformada no início da década de 90, abrindo várias portas e conceitos, o que facilitou um pouco a inclusão digital, muito embora boa parte da alimentação do mercado nacional de computadores pessoais viesse de forma ilícita, através de contrabando de mercadorias, em função do alto valor do imposto de importação de bens e serviços.

O crescimento global da internet em meados dos anos 90 encontrou no Brasil um problema de infra-estrutura, em razão do engessamento da telefonia, que era controlada e gerida pelo Estado. As privatizações permitiram que a rede telefônica fosse expandida, incluindo socialmente os estratos sociais menos aquinhoados economicamente; de forma bastante interessante, os celulares pré-pagos e a expansão da rede bancária, através de seus caixas eletrônicos, foram um dos elementos de educação digital, mesmo que de forma subliminar. Novas tecnologias e facilidades (especialmente a fibra ótica, o desenvolvimento do software livre e, bem recentemente, a rede sem fio) reduziram drasticamente os óbices, fazendo com que os postos de trabalho incorporassem rapidamente o uso de computadores. Esta presença constante de artefatos digitais na vida do cidadão comum já alcança até mesmo os meios de comunicação mais amplos, como se percebe em uma propaganda veiculada em rede de televisão a cabo, logo dirigida à população com maior poder

aquisitivo, mostrando o uso de máquinas portáteis de débito direto e de cartão de crédito em feiras livres de hortifrutigranjeiros e em pequenas propriedades rurais. Se o trabalhador assalariado urbano de pequena renda precisava de cursos de datilografia, nos anos 60 a 80, as novas tecnologias obrigam-no a buscar cursos de uso de computadores, algo que tem sido visto como de alta importância especialmente pelas ONGs que atuam em áreas de baixa renda, como favelas e periferias dos centros urbanos, como apontou Rodrigo Baggio (2000), ao registrar a presença de “188 Escolas de Informática e Cidadania (EIC) em 17 estados no Brasil”, modelo copiado em vários países; outro elemento de maior expansão da inclusão digital foi o surgimento de cybercafés (por vezes sem serviço de café) em cidades de vários portes, com custo de acesso inferior a dois reais por hora.

## **2. Leitura e Inclusão Digital**

Embora haja mais de 5.500 municípios no Brasil, apenas 200 apresentam padrão de vida adequado e cerca de 42% dos municípios (ou 21% da população brasileira) são excluídos socialmente, conforme recente *Atlas da Exclusão Social* (Pochmann & Amorim 2003). Estes dados sócio-econômicos sinalizam que a educação é ainda um grande desafio, afinal ainda há de se anotar que o Brasil tem cerca de 15 milhões de analfabetos (ou 8% da população), conforme relatório da Unesco (2005). Elemento fundamental no conjunto da formação educacional, a indústria do livro no Brasil pode ser resumida nos seguintes números: 3 mil editoras, 15 mil gráficas e cerca de 1.500 livrarias, distribuídas em cerca de 550 municípios. Todos esses dados são importantes para se ter uma noção do universo potencial de leitores.

Em 2001, houve uma pesquisa sobre o “Retrato da Leitura no Brasil”, com circulação restrita, patrocinada pelas seguintes entidades: Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Associação Brasileira de Editores de Livros e Associação Brasileira de Celulose e Papel. As revelações da pesquisa foram surpreendentes, afinal haveria mais de 53 milhões de leitores, em total estimado de 86 milhões de pessoas com 14 anos ou mais, que cumpriram ao menos 3 anos de vida escolar, mas o preço ainda faz do livro um artigo de luxo. Não foram considerados os analfabetos funcionais (sabem ler e escrever, mas têm dificuldades para lidar com informações escritas) e as crianças familiarizadas geralmente com livros didáticos. A compra de livros é muito baixa – apenas 20% teriam comprado cerca de 6 livros em 2000, o que revela haver um grande mercado potencial; cerca de 78% afirmam apreciar o livro e 89% vêm nele um meio eficaz de transmissão de idéias, embora isso possa ser diminuído pelo valor afetivo de auto-afirmação ao declararem que lêem.

Em pesquisa financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), verificou-se que o livro no Brasil tem elevado custo quando comparado a outros países e que o governo tem agido coerentemente na distribuição de livros didáticos; ainda, nas livrarias e por venda de porta em porta “os livros mais vendidos são os religiosos (Bíblia), livros de culinária, livros de pesquisa escolar, manuais práticos e de cuidados” (Earp & Kornis 2005: 8). Quem mais lê são “os que têm educação superior, sendo que a ocupação também serve de elemento diferenciador: são os estudantes e empregados que dizem ler mais, enquanto os inativos e as donas de casa ocupam o pólo oposto do espectro” (Earp & Kornis 2005: 9). Finalmente, há de se anotar que ótima tiragem no Brasil seria de 3

mil exemplares para obras gerais e de 30 mil exemplares para livros didáticos e best-sellers (Earp & Kornis 2005: 5)<sup>2</sup>.

Com certeza, em qualquer sociedade há um descompasso imenso entre o número de títulos publicados e a capacidade de absorção da produção cultural pelos leitores em termos de tempo usado para a leitura, como adverte o mexicano Gabriel Zaid em seu *Los demasiados libros* (1972). Entretanto, é importante considerar também que o sistema cultural está fundado na relação entre oferta de bens culturais e capacidade econômica do leitor. Por um lado, as dificuldades da economia livreira no Brasil são resultado direto da equação que envolve o custo de produção e distribuição do livro e a disponibilidade de recursos do leitor para sua aquisição, sendo também necessário registrar aqui as restrições de compra por bibliotecas, em razão de políticas públicas em todos os níveis ineficientes ou pouco preocupadas com a formação e fomento da leitura. Por outro, há de se reiterar que a escolaridade é um vetor de diferenciação mais evidente que a idade das pessoas, havendo mais leitores entre aqueles com educação superior e apenas um terço dos adultos alfabetizados dizem gostar de ler, predominando nesses as mulheres (muito embora haja menos mulheres quanto mais pobre é o nível sócio-econômico), observado o fato que há poucos leitores que declaram ter prazer com a leitura entre os mais ricos (Earp & Kornis 2005: 9).

Desde 1992, há o Programa Federal de Incentivo à Leitura (PROLER), cuja missão é formular uma política nacional de incentivo à leitura, enquanto questão de Estado, sem ficar restrita a apenas um órgão, como o Ministério da Educação. Em crescimento espantoso, mais de quinhentas ações estão em andamento, envolvendo secretarias municipais, professores, associações de pais e alunos, líderes comunitários e ONGs. Neste sentido, é importante registrar um certo orgulho cívico a matizar as notícias multimidiáticas acerca da abnegação de inúmeras pessoas, abrindo suas casas, dedicando seu tempo livre, efetivando uma cultura de voluntariado nunca antes vista no país. Em outra frente, há de se mencionar o Alfabetização Solidária ([www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br)) que já atendeu quase cinco milhões de brasileiros, através de parcerias, incluindo em suas ações a implementação de bibliotecas comunitárias de forma a incentivar a leitura.

Todas estas ações de indução de incremento da leitura no Brasil receberam um outro viés por meio da ampliação do acesso à rede de computadores. A inclusão digital, muito em razão de seu baixo custo relativo, minora ou atenua obviamente as condições de acesso ao bem cultural. A política governamental de inclusão digital (Porcaro 2006; Neri et al. 2005) foi recentemente ampliada, através da diminuição de impostos sobre computadores pessoais e de financiamentos bancários para aquisição dos bens. Há de se pensar que o chamado ‘computador para todos’<sup>3</sup> (composto de placa-mãe, com som, vídeo e rede on-board, 128 MB de RAM, HD de 40 Gigabytes, gravador de CD e monitor de 15 polegadas, com Linux) custava em maio de 2006 cerca de R\$1000, mas que poderia ser pago em 12 mensalidades de aproximadamente R\$85 com incentivos do Governo Federal, ou seja, um quarto do salário mínimo nacional. Não é uma panacéia, mas efetivamente modificou o número de usuários de computadores pessoais e de internete. No Brasil, segundo dados publicados em 2002 pela International Telecommunication Union, havia 14,3 milhões de usuários de internete. Pela estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (através do Plano Nacional de Amostragem Domiciliar 2004), havia 6,3 milhões de

domicílios com acesso a internet ou 21,6 milhões de usuários domiciliares com acesso (ou 11% da população brasileira), sendo que 60% dos usuários com renda familiar acima de R\$3000,00; comparados aos dados do ano anterior, percebe-se que aumentou em 8,8% o número de usuários totais, mas que a fatia de usuários com renda familiar menor que R\$3000,00 aumentou em 21,4%, ou seja, foram incluídos digitalmente mais usuários com renda mais baixa. Esta circunstância sócio-econômica tem direta relação com o sistema de produção e recepção cultural, na medida que progressivamente mais leitores com menor poder aquisitivo têm acesso à internet, onde são divulgadas formas e objetos culturais com pequeno ou nenhum custo de recepção.

### **3. Práticas literárias na internete brasileira**

A internete no Brasil congrega quase 22 milhões de usuários, sendo que 40% destes com renda inferior ao que seria o padrão de renda mínima de classe média (R\$3000,00) e o grupo que cresce significativamente é aquele que está sendo incluído social e digitalmente. Muito em função disto e talvez de um certo lado da cultura nacional matizado por querer coisas e serviços de forma quase gratuita, os sítios da internete que oferecem algo (acesso, conteúdo ou facilidades) sem custo são os que mais crescem em acesso.

Exemplo disso foi o Fotolog.com, sistema de publicação de fotos e anotações diárias com mais de quatro milhões de usuários. Por ofertar acesso gratuito a qualquer usuário, o Fotolog atraiu um número tão grande de usuários brasileiros (cerca de 50% do total de usuários), a ponto de se tornar verdadeira mania entre os jovens, que quase levou o sistema à falência. Embora criado com o espírito de cultivar a fotografia como forma de expressão (e conseguiu isso com largo sucesso mesmo entre usuários brasileiros), o Fotolog deu margem ao florescimento de uma cultura narcisística, quando jovens de várias idades conseguiram criar redes de amigos virtuais, pela atitude aparentemente brasileira de ter pouca noção de privacidade, compartilhando momentos íntimos (como cenas de excesso de bebida ou comicamente curiosas – alguém dormindo de boca aberta, por exemplo) com visitantes de todos os cantos do país e do mundo.

O sistema de comunidades ou grupos orkut é outros dos mais interessantes fenômenos da internete no Brasil. Criado pelo turco Orkut Buyukkokten, o sítio pertence ao popular Google, predominando nele os usuários brasileiros. A grande inovação é que só pode participar do orkut quem é convidado por outro membro, mas isso não quer dizer que o crescimento do número de usuários não seja impressionante. Em 31 de maio de 2006, havia 19 milhões e 518 mil usuários, sendo que 69,73% dos usuários eram brasileiros (conforme dados do próprio Orkut), significando 13 milhões e 600 mil brasileiros ou quase 63% de todos os usuários brasileiros de internete. Pouco usado em outros países, o orkut permite a criação de grupos, lembrando muito o geocities, onde se reúnem usuários interessados em algum assunto; a lista é bastante variada e abrange todos os gostos, pois são os próprios usuários que os criam.

No fim de maio de 2006, embora haja vários grupos do tipo “Eu odeio X”, interessantemente observa-se que na busca realizada entre os 534 grupos com o tema literatura, com número de usuários maior que 1300, há apenas uma “Eu odeio literatura” com 1546 membros; por outro lado, há neste mesmo perfil os seguintes grupos:

Assunto	Usuários
literatura	18832
melhores livros	9433
literatura brasileira	8823
literatura em português	8784
literatura de cordel	5212
literatura espírita	4777
literatura russa	4396
nova literatura brasileira	3531
literatura portuguesa	3375
discutindo literatura	3031
teoria da literatura	2867

Assunto	Usuários
professores de literatura	2765
literatura medieval	2673
eu amo literatura e artes	2377
literatura inglesa	2224
literatura erótica	1973
literatura	1847
eu odeio literatura	1546
literatura japonesa	1503
literatura gls	1409
rpg e literatura	1385
literatura brasileira	1310

Interessantemente, há grupos com mil membros ou mais de literatura universal, professores de literatura, literatura gótica, literatura africana, literatura indígena, literatura e sociedade e psicanálise e literatura. Mais intrigantes são comunidades que atacam os usuários que estariam a perder seu tempo, tecendo suas redes de amizades no lugar de lerem um livro – as comunidades sobre o tema “saia do orkut e vá ler um livro”, criado pela rede MTV, tem mais de cento e vinte mil usuários; a televisão também é atacada, embora com cerca de 16 mil usuários.

Em vários dos grupos, além da cópia, do compartilhamento e, geralmente, do elogio de textos publicados originalmente em livros, há a discussão de obras, especialmente aquelas que fazem parte do cânone. Os grupos sobre os escritores mostram a popularidade dos escritores canônicos: Carlos Drummond de Andrade (170 mil participantes), Machado de Assis (60 mil), Manuel Bandeira (31 mil), Guimarães Rosa (16 mil), Cecília Meireles (5 mil); há de se comentar que muitas vezes o assunto literário é apenas motivo para manifestação pessoal, ou seja, o texto marcou profundamente um momento da vida do participante. Um dos assuntos intrigantes na literatura brasileira, a traição ou não de Capitu na obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis, chega a ter comunidades com mais de mil membros (Capitu traiu?; Capitu; Capitu é inocente). Provavelmente o romance mais lido no país, *A moreninha* enquanto tema atraiu menos de mil participantes.

Há também a divulgação de textos originais escritos pelos participantes dos grupos. Um dos grupos faz uma experiência interessante - o Literatura aos pedaços constrói novos textos em formato de mote e glosa, mas com a variante de todos poderem participar; um dos membros sugere um tópico e escreve um ou dois parágrafos e a história continua a cada participação. Outras (Ainda escrevo um livro; Eu quero escrever um livro) – são mais voltadas para a discussão do fazer literário e a sua possibilidade de obtenção de editores e de leitores.

A experiência brasileira no orkut se afasta dessa autoria moderna ou mesmo pós-moderna totalmente desvinculada da figura do escritor identificável, ou como se pode perceber na esteira da definição de Stuart Hall sobre a identidade: “identities can function as points of identification and attachment only because of their capacity to exclude, to leave out, to render ‘outside’, abjected” (1996: 5); os grupos ou comunidades do orkut fundam-se no

reconhecimento da diferença, através da aproximação do gosto. Há, claro, o dissenso ou a busca da desidentificação autoral - no conjunto de grupos cujo tema é literatura, há um intitulado 'literatura do anônimo' com 306 membros, cujo tópico é: 'Uma forma de responder a questão do culto à personalidade na literatura e uma brincadeira com aquela suspeita que às vezes nos ronda: tal crítica é favorável ao texto ou a quem o escreveu?'; buscam os donos do grupo efetivar a noção de que há um gosto a partir da marca autoral, e indicam didaticamente como participar: 'você posta seu texto e não se identifica, outros integrantes da comunidade comentam esse texto (obrigatoriamente identificando-se) e vamos trocar carinhos, não farpas! Ou seja, vamos manter o nível mesmo quando não gostamos do texto, sim?'

Ao par da quantia considerável de textos apócrifos a circular na internete, em essência, a singularidade e a pouca expressividade numérica desses textos/autores não identificáveis indicam que não é aceito largamente o conceito da 'morte do autor', ou seja, o texto enquanto texto sem marcas definidoras,. Se somados os grupos com maior número, há cerca de 64 mil usuários discutindo a literatura dentro dos cânones culturais, menos de dois mil que odeiam literatura e cerca de trezentos usuários preocupados com o valor da marca autoral. Ainda que esses dados possam ter alguma resistência na sua confiabilidade, há de se pensar que são expressivos de qualquer sorte. No caso dos Anjos de Prata ([www.anjosdeprata.com.br](http://www.anjosdeprata.com.br)), percebe-se que esta iconização virtual do mundo do papel se torna mais evidente. Após o término da escrita do romance *Os Anjos de Badaró*, os leitores da obra escrita por Mário Prata tornaram-se críticos e começaram a trocar seus próprios textos, e aumentaram o seu número, hoje na casa de 322 autores-contribuintes; mais, já publicaram cinco livros em papel desde 2000, muitas vezes usando da técnica setecentista das academias, pautados por temas pré-determinados. Entretanto para este texto, o que interessa no orkut, enquanto largamente representativo do universo de usuários da internete no Brasil, é a manutenção de um sistema cultural tradicional, replicando na virtualidade eletrônica o mundo costumeiro de livros, autores e consagrações, algo que está também refletido nos inúmeros blogs, na experiência dos leitores de Mário Prata, ou mesmo na inserção do escritor Ferréz no mercado editorial.

## 6. Obras citadas

Baggio, Rodrigo. 2000. A Sociedade da informação e a infoexclusão. *Ciência da Informação*. vol. 29, no. 2, pp. 16-21.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. 'Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a existência de microcomputador, o acesso à Internet e o tipo de telefone.' *Volume Brasil*. [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/brasil/tabbr7\\_7.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/brasil/tabbr7_7.pdf). Acessado em 17 Maio 2006.

Brasil. Ministério da Cultura. 2003. "Política Nacional do Livro". <http://www.cultura.gov.br/legislacao/leis/index.php?p=1359&more=1&c=1&pb=1>. Acessado em 17 Maio 2006.

Brasil. Ministério da Cultura. 2005. *Perspectivas do Mercado Editorial Livreiro para 2005*. <http://www.cbl.org.br/download.php?recid=367>. Acessado em 17 Maio 2006.

- Earp, Fábio Sá, & George Kornis. 2005. *A Economia do Livro: A Crise Atual e uma Proposta de Política*. [www.ie.ufrj.br/publicacoes/discussao/a\\_economia\\_do\\_livro\\_a\\_crise\\_atual\\_e\\_uma\\_proposta\\_de\\_politica.pdf](http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/discussao/a_economia_do_livro_a_crise_atual_e_uma_proposta_de_politica.pdf). Acessado em 13 de maio de 2006.
- Hall, Stuart. 1996. "Introduction: Who needs Identity", in Stuart Hall and Paul du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*. London: Sage. pp. 1-17.
- International Telecommunication Union. 2002. *Country Case Studies: The Case of Brazil*. <http://www.itu.int/osg/spu/ni/security/workshop/presentations/cni.15.pdf>. Acessado em 13 de maio de 2006.
- Neri, Marcelo, Luisa Carvalhaes e Alessandra Pieroni. 2005. *Inclusão digital e redistribuição privada*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Pochmann, Marcio, & Ricardo Amorin, eds. 2003. *Atlas da Exclusão Social*. Vol 1. Campinas: Cortez.
- Porcaro, Rosa Maria. 2006. *Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento - políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- UNESCO. 2005. UIS Education Country Profile of Brazil (Education – all levels). - [http://www.uis.unesco.org/profiles/EN/EDU/countryProfile\\_en.aspx?code=760](http://www.uis.unesco.org/profiles/EN/EDU/countryProfile_en.aspx?code=760). Acessado em 13 de maio de 2006.
- Zaid, Gabriel. 1972. *Los demasiados libros*. Buenos Aires: Carlos Lohlé.

---

<sup>1</sup> almir@uel.br

<sup>2</sup> As preocupações sobre a indústria do livro, indicando os fatos mais relevantes recentemente como a “Lei do Livro” (Lei 10.753 que instituiu a Política Nacional do Livro em 2003), podem ser obtidas no relatório *Perspectivas do Mercado Editorial Livreiro para 2005* (Brasil 2005).

<sup>3</sup> É um computador pessoal, dentro do Projeto Cidadão Conectado, descrito no sítio (site) do Ministério da Fazenda (<http://www.computadorparatodos.gov.br/>), a partir da Portaria 624/2005 do Ministério da Ciência e Tecnologia.